



PUC Minas

Conjuntura Internacional

ano 1 • nº 10 • 31/10 a 20/11/04 • ISSN 1809-6182

CENÁRIOS PUC MINAS

Análises

06/11/2004 – A provável saída de Arafat e a Disputa Interna na Autoridade Palestina.....p.01

Mesmo antes da piora na saúde de Yasser Arafat, a Autoridade Palestina já sofria com uma crise de instabilidade, que enfraquecia sua liderança, como pressões por mudanças políticas e eleições para o Parlamento.

17/11/2004 – Palestina e Israel: Acordos de Oslo, Camp David II e Mapa da Pazp.04

O conflito entre Israel e Palestina, cujo início data de 1948, vem alternando períodos de negociação e relativa paz com períodos de escalada da violência.

Resenhas

05/11/2004 – A América Latina e o ajuste estrutural após o Consenso de Washingtonp.09

Alguns países da América Latina alteraram suas políticas macroeconômicas após o chamado Consenso de Washington e analistas creditam o cenário de crescimento econômico em 2004 na região a esses ajustes.

09/11/2004 – As economias de Israel e da Palestina.....p.13

Os contrastes econômicos mostram que as disparidades entre os povos não se reservam apenas ao campo político e religioso.

11/11/2004 – A Morte de Yasser Arafat e a distribuição de poder entre as autoridades palestinas.....p.16

Com a morte do líder palestino Yasser Arafat, há uma redistribuição de poder entre as facções políticas que lutam pela libertação da palestina. O povo palestino está em luto e vai às ruas orar por sua alma.

13/11/2004 – O recente panorama dos ataques terroristas a Israelp.19

Desde novembro 2000, a opinião pública palestina tem demonstrado suporte a organizações islâmicas radicais por um número de fatores ligados. Os ataques servem, ao mesmo tempo, para atacar o inimigo odiado (Israel) e dar legitimidade aos grupos que competem com a Autoridade Palestina pela liderança da comunidade.

05/11/2004 - Desdobramentos decisivos no conflito árabe-israelense: Arafat e a retirada israelense da Faixa de Gaza p.21

Os rumos do conflito árabe-israelense diante da recente deterioração das condições de saúde de Arafat devem ser compreendidos à luz da retirada dos assentamentos israelenses da Faixa de Gaza.

Especiais

05/11/2004 - Brigada dos Mártires de Al-Aqsa p.25

As Brigadas foram fundadas por um grupo de refugiados de uma seção em Nablus e muitos deles foram ativistas da primeira Intifada de 1987. Esse movimento é popular e suas principais bases estão localizadas em Nablus e Ramallah, ambas cidades da Cisjordânia.

05/11/2004 - Hezbollah p.27

Hezbollah é uma organização que agrega grupos radicais xiitas com forte presença da ideologia do aiatolá Rouollah Komeini. O seu nome significa “Partido de Deus” e sua fundação data de 1982 diante do processo invasão das forças israelenses no Líbano.

05/11/2004 - Yasser Arafat: um perfil do líder palestino p.29

Yasser Arafat é uma das personalidades políticas mais importantes envolvida no conflito árabe-israelense. Sua trajetória de luta para a formação de um Estado palestino perdura por cerca de 40 anos.

06/11/2004 - Jihad Islâmica p.32

Guerra santa que visa, primeiramente, o retorno do grande império árabe constituído durante Idade Média na região do Oriente Médio e, posteriormente, a extensão dessa guerra a todo o mundo. A implementação do islamismo em todo o mundo seria a libertação das pessoas para a verdade de Deus descrita no Corão.

A provável saída de Arafat e a Disputa Interna na Autoridade Palestina

Análise
Segurança

Vinicius Alvarenga
06 de novembro de 2004

Mesmo antes da piora na saúde de Yasser Arafat, a Autoridade Palestina já sofria com uma crise de instabilidade, que enfraquecia sua liderança, como pressões por mudanças políticas e eleições para o Parlamento.

Após a pressão ocasionada pela intenção unilateral da retirada da Faixa de Gaza por Israel, a liderança de Yasser Arafat na Autoridade Palestina (AP) se viu ainda mais ameaçada. Arafat e seus aliados do partido Fatah, a chamada Velha Guarda, já sofriam com pressões por mudanças políticas profundas, inclusive com eleições nacionais, por diversos grupos da oposição palestina. A intenção anunciada de retirada unilateral de Gaza, no final de 2005, pelo governo israelense de Ariel Sharon, retira a importância de Arafat como negociador, reitera a força de grupos como o Hamas e cria a possibilidade de um colapso na AP.

Alguns analistas acreditam que a realização de eleições nacionais no Estado palestino, antes da retirada de Gaza, poderia evitar a desintegração da AP, trazer outros grupos palestinos para o poder, estabilizar as relações entre o Fatah e grupos rivais, e possibilitaria a continuidade do processo de paz com Israel e o sucesso do plano de paz – road map – proposto pelo quarteto EUA, ONU, União Européia e Rússia.

Mesmo com a realização da eleição para Primeiro Ministro, na qual Mahmoud Abbas (também conhecido como Abu Mazen) foi eleito, não houve o progresso esperado. A idéia original do road map

era a de que um primeiro ministro forte poderia restaurar a credibilidade da AP, levando à aceleração de reformas, redução da violência e progressos nas negociações de paz com Israel. Porém, Arafat conseguiu limitar a autoridade de Abbas, dificultando o exercício de seus poderes e, portanto, de suas tarefas – particularmente, a reorganização dos serviços de segurança israelenses. Israel também dificultou a credibilidade de Abbas ao retomar alguns territórios, restringir a mobilidade de Arafat e isolar os palestinos, o que fez com que Abbas fosse mal sucedido em suas obrigações políticas e econômicas.

Desde a retomada da violência – chamada por muitos como rebelião ou intifada – iniciada pela Brigada dos Mártires de al Aqsa em Setembro de 2000, a AP, e junto com ela Yasser Arafat, vem perdendo sua credibilidade, tanto internamente quanto no exterior, principalmente pelas retaliações israelenses e pelas acusações de corrupção e ineficiência. Isto criou um espaço para alguns grupos muçulmanos crescerem em importância, como o Hamas e a Jihad Islâmica Palestina. A nova guarda do Fatah também aproveitou a Intifada para ascender politicamente, realizando inclusive ataques a Israel, o que permitiu a eles uma maior popularidade com os

palestinos e uma certa liberdade para formar milícias e portar armas. O aumento dos ataques a Israel também prejudicou a credibilidade da velha guarda e da AP como um todo. Arafat, com isso, teve sua liderança questionada e sua popularidade com os palestinos bastante prejudicada. Pela primeira vez os palestinos começaram a associar as reformas políticas com a continuidade do processo de paz, o que colocou em xeque a posição do líder palestino. Arafat, observando os problemas de liderança interna, já havia, inclusive, instaurado um período de registro de eleitores para as eleições nacionais.

Arafat e a velha guarda tiveram, ainda, sua confiabilidade abalada junto aos EUA e Israel, pois falharam em reformar o sistema político e implementar as suas obrigações políticas. O governo de Arafat é acusado de não ter realizado uma mudança política genuína, o que evitou a reestruturação da AP. Se este padrão permanecesse, a faixa de Gaza independente permaneceria prejudicada pela violência e por conflitos intensificados com Israel, sendo ruim tanto para palestinos como israelenses, bem como prejudicando a credibilidade dos EUA no Oriente Médio.

Porém, com a provável saída de Arafat, a nova guarda poderá tentar garantir o novo comando da AP em Gaza. Se os novos nacionalistas conseguirem o controle da AP pela força, o fariam com uma coalizão com grupos muçulmanos, principalmente com o Hamas. Porém, estariam divididos e sem liderança para formar um novo Estado ou prosseguir com as negociações de paz. Mesmo assim, o que se tem é uma provável mudança, principalmente com a ausência de um líder com poder absoluto e concentrado como é Arafat.

A Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), também demonstrou recentemente (com um atentado à bomba em Tel Aviv), que uma liderança pós-

Arafat deverá incluir tal grupo, com direito a um espaço na sucessão de Arafat na AP. Isso reforça o fato de que as disputas no controle da AP não incluiriam somente os grupos dentro do Fatah (muçulmanos x nacionalistas), mas também os grupos de esquerda mais radicais. Por detrás destes grupos radicais há também o interesse da Síria, que apóia tais grupos e tem interesse em aumentar seu poder de barganha nas negociações com Israel.

Como o poder de barganha destes grupos radicais junto à Autoridade Palestina tende a ser maior quanto maior for sua capacidade de produzir danos, tem-se que a disputa pela liderança no interior da AP se dará em termos de capacidade de realizar atentados. Porém, é cada vez mais difícil a possibilidade de atentados no interior das fronteiras israelenses anteriores a 1967. Assim, é bastante provável que, em breve, sejam realizados muito mais atentados nos territórios sob responsabilidade da AP, e principalmente na Faixa de Gaza.

A questão é: grupos como o Hamas e o Jihad não admitem a existência do Estado de Israel, e dificilmente se contentarão com um Estado Palestino ao lado de Israel – pelo menos no começo. Sua capacidade de continuar realizando atentados, porém, parece estar seriamente comprometida pelas ações de Israel – incluindo a eliminação, em 2004, dos dois principais líderes do Hamas. Por sua vez, a única chance da Autoridade Palestina é reorganizar-se e reprimir a ação dos grupos terroristas palestinos, compromisso exigido da Autoridade Palestina no mapa da paz. Do contrário, não haverá qualquer apoio político internacional à organização, já que praticamente todos os atores extra-regionais relevantes – EUA, União Européia, Rússia e o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan – exigem o cumprimento desse compromisso. Conjugando-se essa necessidade com o processo descrito acima, tem-se que as

expectativas próximas para o futuro do território sob a Autoridade Palestina parecem um tanto sombrias.

Confirmando a saída de Arafat, há a possibilidade de serem realizadas eleições, mas o mais provável é que o primeiro ministro, Mahmoud Abbas, seja o novo presidente, até a realização das eleições. Porém ele deve enfrentar pressões de líderes como Marwan Garghouti, um líder do Fatah preso em Israel, Mohammed Dahlan, um ex-chefe de segurança em Gaza e Jibril Rajoub, o conselheiro de segurança de Arafat, conforme relatou o site Miftah.

Algumas pesquisas demonstram que se fossem promovidas eleições na Palestina, três forças comandariam a AP. Os nacionalistas do Fatah (que contam com 75% atualmente) ficariam com 40% das cadeiras no Parlamento, dominados principalmente pela nova guarda. O Hamas (que parece inclinado a aceitar a troca das armas e da milícia por cadeiras no parlamento) e a Jihad ficariam com cerca de 33%. E os nacionalistas independentes e os Islamitas moderados somariam 27%. A nova guarda teria a possibilidade de tomar o poder da velha guarda de forma pacífica e legítima, formando o governo e indicando o Primeiro Ministro.

A figura de Arafat já estava desgastada bem mesmo antes de seu problema de saúde. Porém, retirá-lo do poder seria muito difícil, pois Arafat concentra o poder em suas mãos. Caso Arafat não possa voltar, e principalmente venha a falecer, a situação será outra. A velha guarda do Fatah não terá o seu homem forte e não mais possuirá o controle total, o que permitirá maiores disputas pelo poder. Assim, os grupos rivais de Arafat terão mais espaço para brigar por posições e poder político na AP, o que pode gerar uma situação de instabilidade interna que afetaria o processo de paz com Israel e dificultaria a implementação do road map.

O reeleito Presidente George W. Bush poderia ter pela frente um novo problema na região, que é uma das mais importantes para sua política externa, principalmente com perda de credibilidade na falha da condução do processo de paz, o que poderia incentivar ainda mais atos hostis contra alvos israelenses e estadunidenses no Oriente Médio. Além disso, o Presidente Bush manifestou-se claramente pela solução de “dois Estados convivendo” – o Estado Israelense e o Estado Palestino –, sendo, aliás, o primeiro presidente estadunidense a aceitar um Estado Palestino. Desse modo, a criação deste Estado seria uma vitória política significativa, histórica, o que traz ao Presidente Bush incentivos ainda mais fortes para atuar no conflito. Tanto os EUA, como a ONU, Rússia, União Européia, Israel e países vizinhos estão atentos às possíveis mudanças no cenário político palestino, que pode implicar em mudanças nas relações Israel/Palestina e em todo o processo de paz.

Referência

Shikaki, Khalil. **The Future of Palestine**. Foreign Affairs. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.org/20041101faessay83605/khalil-shikaki/the-future-of-palestine.html> . Acesso em 05/11/2004.

Sites:

[Foreign Affairs](#)

[Miftah](#)

[Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs](#)

[Stratfor](#)

Palestina e Israel: Acordos de Oslo, Camp David II e Mapa da Paz

Análise
Segurança

Bárbara Gomes Lamas
17 de novembro de 2004

O conflito entre Israel e Palestina, cujo início data de 1948, vem alternando períodos de negociação e relativa paz com períodos de escalada da violência.

As relações entre Palestina e Israel têm sido marcadas por embates desde a criação do Estado israelense, quando uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1947, dividiu o território da Palestina, que se encontrava sob controle britânico, entre árabes e judeus. Em 1948, com a declaração do Estado de Israel, teve início a primeira guerra árabe-israelense, que se estendeu até 1949, oriunda do fato de os árabes terem achado injusto abrir mão de parte do que consideravam seu território em favor de um Estado para imigrantes judeus: o exército do Egito, Iraque, Síria e Jordânia invadiram o território israelense, e o que é hoje a Faixa de Gaza foi ocupada pelo Egito, e a Cisjordânia e Jerusalém Oriental passaram a ser controladas pela Jordânia.

Em 1956, Nasser, presidente do Egito, nacionaliza o canal de Suez, alegando que esta seria a única forma de conseguir os recursos necessários para a construção da represa de Asuan, essencial para o desenvolvimento egípcio, na medida em que, segundo o presidente, dos cem milhões de dólares que reportava a sociedade construtora do canal, seu país recebia apenas três. Houve reação da Grã-Bretanha e da França, principais acionistas e beneficiários do uso do canal, com o apoio de Israel, que se viu ameaçado pelo Egito. Militarmente, o Egito saiu

derrotado. Contudo, a intervenção da ONU e as pressões dos Estados Unidos e da União soviética garantem o controle do Egito sobre o canal, com a obrigatoriedade de mantê-lo aberto à navegação mundial. A crise do canal de Suez trouxe importantes conseqüências para a política mundial: a União Soviética consegue iniciar sua influência sobre o conflito do Oriente Médio, o que mais tarde contrastará com a próxima aliança que os Estados Unidos manterá com Israel, a partir de finais da década de 60.

A instalação de Israel na Palestina provocou a alteração das relações de poder na região. Diversos contenciosos e disputas entre judeus e árabes (Egito, Síria e Jordânia, principalmente), por território e água, passaram a ter lugar. Israel era considerado uma ameaça à sobrevivência dos árabes, por demonstrar poder e intenção de controlar os recursos hídricos. Os árabes, sentindo-se ameaçados, desejavam a extinção do Estado de Israel. Assim, os Estados árabes resolveram organizar uma reunião de cúpula no Cairo, em 1964, em que se decidiu: desviar as cabeceiras do rio Jordão, um dos principais rios que abastecem Israel; estabelecer a Organização para Libertação da Palestina (OLP), o que foi feito meses mais tarde, sob a égide da Liga Árabe; e organizar um comando militar árabe unificado.



Os anos que seguiram foram de escalada gradual do conflito, que resultou na Guerra dos Seis Dias, em 1967. Depois de um ataque surpresa, Israel invadiu as colinas de Golã (pertencente à Síria), o Monte Sinai, a Faixa de Gaza (sob controle do Egito, desde a Guerra de 1948), a Cisjordânia (controlada pela Jordânia também desde a Guerra de 1948) e Jerusalém Oriental, passando o território ocupado por Israel de pouco mais de 20 mil km² a 102 km². Apesar de as grandes potências da época terem discordado e dos protestos da ONU, que mais tarde adotou a resolução 242, que estipulava que Israel deveria retirar-se de territórios ocupados, o Parlamento israelense aprovou a anexação da parte árabe de Jerusalém. Os países árabes, em pronunciamento depois da derrota, anunciaram os “três não’s”: não ao reconhecimento, não à negociação e não à paz com Israel.

O fracasso da resolução 242 da ONU, a recusa israelense de devolver os territórios ocupados (incentivada pela consciência de sua superioridade militar) e o fracasso das propostas de paz de Anwar el Sadat, então presidente do Egito, acabaram por provocar um ataque conjunto do Egito e da Síria contra Israel, que ficou conhecido como a Guerra do Yom Kippur, por ter acontecido no dia da festividade judaica mais importante – 06 de outubro de 1973. Tanto os Estados Unidos como a União Soviética mandaram reforços para seus aliados (Israel e países árabes, respectivamente), mas o risco de serem arrastados para o conflito sem que houvesse interesses próprios em jogo era grande, de forma que decidiram os dois negociar uma solução, e 19 dias depois aconteceu o cessar fogo.

Grandes repercussões advieram da Guerra de 1973, como o estreitamento da aliança entre os países árabes e a União Soviética e a decisão da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), em que os países árabes possuíam grande peso, de aumentar o preço do petróleo,

causando uma espiral inflacionária e uma grande crise econômica em todo o mundo, e a maior dependência israelense dos Estados Unidos.

Desde 1967, com os “três não’s” dos árabes, nenhuma negociação de paz coletiva fora empreendida. Somente em 1978 foi assinado o primeiro tratado de paz entre um país árabe e Israel, o Acordo de *Camp David*, em que Egito reconhece Israel em troca da devolução da Península do Sinai. Com a assinatura de um Acordo de Paz, no ano seguinte, Israel se vê livre de um inimigo importante, dado o peso que Egito representa na região, e obtém o reconhecimento de um vizinho árabe. Desde então, o Egito mantém uma espécie de “paz fria” com o Estado israelense, em que a cooperação econômica e cultural é bastante limitada.

Outros acordos de paz foram negociados com países vizinhos, como Turquia e Jordânia – este último gerou revolta nos membros da OLP contra o governo jordaniano, que os expulsou da Jordânia. Os militantes palestinos fugiram para o Líbano e tornaram-no uma base de ataque a Israel. Iniciou-se, então, uma guerra com o Líbano, que durou de 1982 a 1983, cujos resultados foram desastrosos para o exército libanês, que se desintegrou, e para a economia libanesa, além da divisão da OLP. Em 1983 Israel e Líbano firmam um acordo, em que o primeiro se compromete a retirar-se do Líbano, se este deixar de abrigar grupos armados palestinos, que se exilaram então na Tunísia e em outros países árabes – apesar de que, neste mesmo ano, houve ataques do Hezbollah, grupo armado libanês, criado com o intuito de expulsar as tropas israelenses do território libanês. A saída israelense do Líbano só aconteceu, no entanto, em 2000.

Alguns anos depois, em 1987, desprovida de territórios próximos a Israel, de onde poderiam lançar ataques, a OLP lançou a primeira *Intifada*, revolta popular contra a ocupação israelense, ao mesmo tempo em

que aceitava as resoluções 242 e 338 da ONU, reconhecendo o direito de existência do Estado de Israel e transformando seu objetivo (ainda que tal modificação não tenha sido incorporada na Carta da OLP), a partir de então, que passava a ser a edificação de dois Estados separados: Israel e um Estado palestino na Cisjordânia e em Gaza.

Tal mudança de estratégia política, juntamente com o isolamento político de Arafat, causado pelo apoio velado a Saddam Hussein, durante a Primeira Guerra do Golfo, forçou uma nova situação, e uma possibilidade de resolução do conflito foi vislumbrada em 1993, quando o então primeiro-ministro israelense Yitzak Rabin e Yasser Arafat, representante da Palestina, anunciaram que vinham negociando secretamente. O primeiro passo foi o reconhecimento do Estado de Israel e de “seu direito de viver em paz e segurança” pela Organização para Libertação da Palestina (OLP), e, por Israel, o reconhecimento da OLP como representante legítimo do povo palestino, sem fazer menção alguma ao direito de se constituírem futuramente como um Estado, mas com quem estaria disposto a negociar um processo de paz. Logo em seguida, as partes assinaram a Declaração Israelense-Palestina de Princípios sobre uma Autoridade Interina de Auto-governo, que estabelecia um período de cinco anos, durante os quais se criaria uma Autoridade Nacional Palestina (ANP), que assumiria responsabilidades civis e policiais, se levaria a cabo uma retirada progressiva das tropas israelenses de ocupação e criar-se-iam instâncias de coordenação entre as partes para tratar de assuntos de interesses mútuos. A partir do terceiro ano, as questões-chave – natureza e delimitação definitiva da entidade palestina, o futuro dos refugiados, dos assentamentos e de Jerusalém, o uso dos recursos naturais (em especial os recursos hídricos) e as questões de segurança – deveriam ser discutidas e resolvidas. A partir de então se estabeleceu um clima de

que a paz era possível e que ambos os povos estavam dispostos a negociá-la.

Os acordos que seguiram este primeiro passo, assinados entre 1993 e 1999, ficaram conhecidos como os Acordos de Oslo, em que Arafat e Rabin firmaram compromissos mútuos. Os acordos têm como premissa básica a idéia de que, gradualmente, as partes desenvolveriam relações baseadas na confiança mútua, permitindo que as questões mais sérias do conflito fossem discutidas e resolvidas. Acordou-se, também, que o período interino teria duração limitada a cinco anos e que nada que ameaçasse o resultado das negociações seria levado a cabo e a decisão final não contradiria as resoluções 242 e 338 da ONU, que reafirmam que nenhum território pode ser adquirido pelo uso da força. Isto, se cumprido, levaria segundo os negociadores, finalmente à paz na região.

Contudo, nenhuma das partes cumpriu com o prometido, violando vários artigos dos acordos. Os princípios e termos dos acordos eram demasiadamente amplos e ambíguos, de forma que palestinos e israelenses os interpretaram de maneiras distintas o estabelecido. Assim, ao final dos cinco anos, não só as retiradas militares israelenses foram muito limitadas – ou, segundo Barrañada (2002), houve uma realocação das forças de ocupação – como também nenhuma das questões cruciais havia sido resolvida.

Uma nova tentativa de negociação foi feita entre o primeiro-ministro israelense Ehud Barak e Yasser Arafat, presidente da OLP, em 2000, em *Camp David*, nos Estados Unidos, mediada pelo então presidente estadunidense Bill Clinton. A proposta final foi rejeitada pela Autoridade Palestina, sob o argumento de que negava viabilidade e independência ao Estado Palestino, ao dividir o território em quatro cantões totalmente separados e rodeados por território israelense (o que lhes permitiria controle) e porque negava o controle palestino sobre suas fronteiras,

espaço aéreo e recursos hídricos, enquanto legitimava e expandia as colônias israelenses em território palestino. Ademais, legitimava e forçava a aceitação, pelos palestinos, da ocupação de Jerusalém - apesar de Ehud Barak ter aceitado a discussão posterior do status de Jerusalém, uma oferta tão insólita que talvez lhe tenha custado o posto de primeiro-ministro. Além disso, o acordo proposto não vislumbrava a questão dos refugiados (a criação do Estado de Israel, em 1948, e a Guerra dos Seis Dias, em 1967, produziram uma onda de refugiados): Israel não se opõe à volta dos refugiados, desde que se instalem na Faixa de Gaza ou na Cisjordânia; os palestinos exigem que os refugiados tenham direito a retornar inclusive para o território israelense, se assim quiserem, o que Israel não aceita, tendo em vista que os refugiados são cerca de 4 milhões e Israel tem, no total, 6 milhões de habitantes, sendo 1 milhão destes árabes-israelenses.

Diante, então, da escalada da violência, fruto da decepção dos sete anos de negociação, e sem perspectivas de paz, Israel, agora sob comando a liderança do Primeiro-Ministro Ariel Sharon, decidiu construir uma barreira de proteção separando Israel da Cisjordânia, para conter ataques palestinos. Essa decisão reflete o sucesso da construção de uma barreira semelhante na Faixa de Gaza, iniciada ainda durante o período Rabin e reformulada em 2001 - desde então, apenas um atentado proveniente da Faixa de Gaza foi realizado em Israel. O trecho da barreira da Cisjordânia construído a partir de 2002 e recém-finalizado contribuiu para reduzir o número de vítimas israelenses em atentados em 84% entre outubro de 2003 e setembro de 2004, comparado com o período anterior, mas teve um efeito catalisador sobre o sentimento de revolta dos palestinos, principalmente porque o traçado não só não respeita a fronteira delimitada pela ONU, em 1948, como também se desvia do traçado da "linha verde", estabelecido

por Israel depois da Guerra dos Seis Dias, invadindo vários quilômetros da Cisjordânia, de forma a englobar o máximo de colônias possível.

A construção da barreira recebeu diversas críticas e foi julgada ilegal pela Corte Internacional de Justiça, na medida em que violaria os direitos humanos dos palestinos de ir e vir. Ademais, teve impactos desastrosos sobre a economia do local, na medida em que fechou o mercado israelense para os árabes, potencializando os impactos que o conflito gerou, tanto para palestinos quanto para israelenses.

Em 2003, o Quarteto (Estados Unidos, União Européia, Rússia e ONU), com consulta às partes interessadas, apresentou um plano de paz intitulado Mapa da Paz (*Road Map*), em que se prevê a criação de um Estado Palestino independente na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, ao lado de Israel. A criação do Estado estaria vinculada à realização, em três fases, de algumas condições: 1) a reorganização dos serviços de segurança da Autoridade Palestina em três organizações sob autoridade de um Ministro do Interior, que efetivamente combata o Hamas, o Jihad Islâmico e as Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa, e eventualmente outros grupos que apareçam na região; o desmantelamento dos assentamentos israelenses construídos depois de março de 2001; e a retirada progressiva das tropas israelenses dos territórios ocupados; 2) criação de um Estado Palestino independente e uma conferência internacional sobre o Mapa da Paz; e, finalmente, 3) o fim permanente ao conflito com um acordo final sobre as fronteiras, o status de Jerusalém e o futuro dos refugiados e assentamentos israelenses, que deve acontecer até 2005. Os Estados árabes também devem firmar acordos de paz com Israel.

Tanto Ariel Sharon como Yasser Arafat aceitaram o acordo proposto. Contudo, o Mapa da Paz continua inefetivo: Israel

exige que a violência palestina seja controlada antes que comece a implementar sua parte do acordo; os palestinos afirmam que é impossível reduzir os níveis de violência se as cidades continuam tomadas e os israelenses continuam suas incursões. Recentemente, Israel decidiu desocupar a Faixa de Gaza, mas ainda assim, não havia qualquer possibilidade de negociações de paz, enquanto os protagonistas fossem Ariel Sharon e Yasser Arafat, haja vista a pessoalidade do trato entre os dois. Com a saída de cena de Arafat, talvez seja possível retomar o diálogo e estabelecer a paz na região.

07/11/2004 - [As economias de Israel e da Palestina](#)

07/11/2004 - [Desdobramentos decisivos no conflito árabe-israelense: Arafat e a retirada israelense da faixa de Gaza](#)

11/11/2004 - [A morte de Yasser Arafat e a distribuição de poder entre as autoridades palestinas](#)

06/11/2004 - [A provável saída de Arafat e a disputa interna na Autoridade Palestina](#)

Referência

BARREÑADA, Isaías. **El proceso de paz, historia de un fracaso anunciado**. Comité de Solidariedad con la causa árabe, 2002.

SHLAIM, Avi. **A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe**. Rio de Janeiro: Fissus Ed., 2004.

SNYDER, Glenn. **The security dilemma in alliance politics**. World Politics, vol.36, nº04 (July, 1984), pp.461-495

[BBC](#)

[Folha de São Paulo](#)

[Historia de las Relaciones Internacionales del siglo XX](#)

[Middle East Studies Internet Resources](#)

[MIFTAH](#)

[MOFA](#)

[New York Times](#)

[Palestine Ministry of Information](#)

[PLO Negotiations Affairs Department](#)

[The Guardian](#)

Ver também:

05/11/2004 - [Yasser Arafat: um perfil do líder palestino](#)

A América Latina e o ajuste estrutural após o Consenso de Washington

Resenha
Economia e Comércio / Desenvolvimento

Jéssica Naime
05 de Novembro de 2004

Alguns países da América Latina alteraram suas políticas macroeconômicas após o chamado Consenso de Washington e analistas creditam o cenário de crescimento econômico em 2004 na região a esses ajustes.

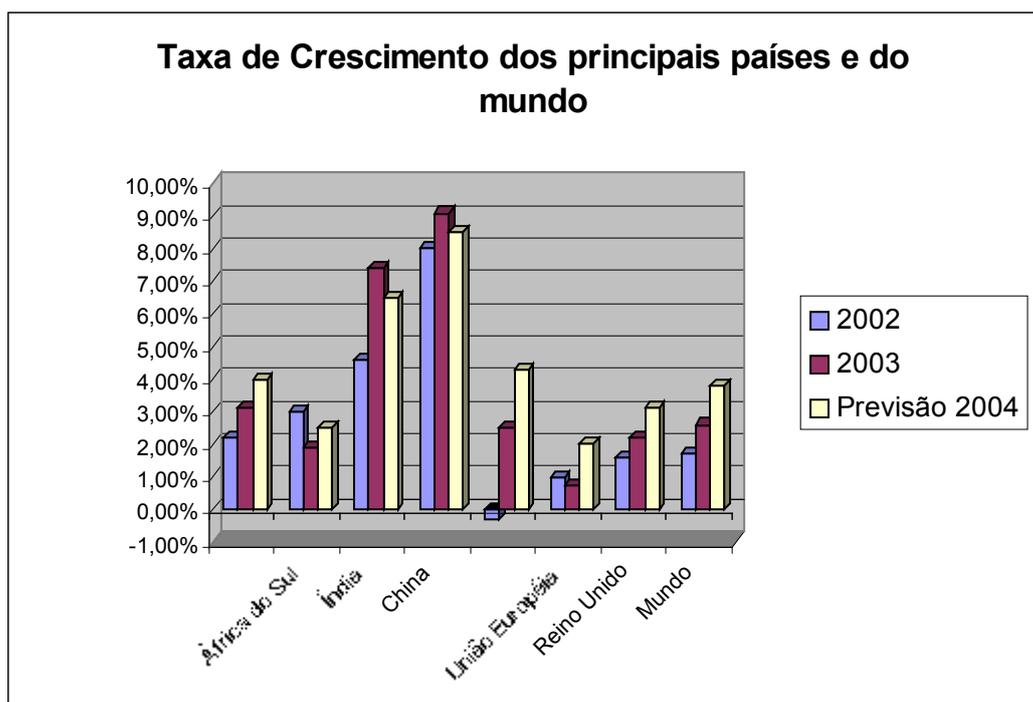
As taxas de crescimento observadas na América Latina em 2004 levantam a discussão acerca da sua correlação com a implementação das recomendações estabelecidas pelo chamado Consenso de Washington pelos países da América Latina ao longo da década passada. Após um longo período de crise e estagnação econômica, as previsões de crescimento da América

Latina são de em média 3,5% em 2004, taxa consideravelmente superior às observadas nos últimos anos. Entretanto, é importante analisar as taxas de crescimento na América Latina no contexto do crescimento das demais economias no mundo, que acompanharam um baixo ritmo de crescimento nos últimos anos.

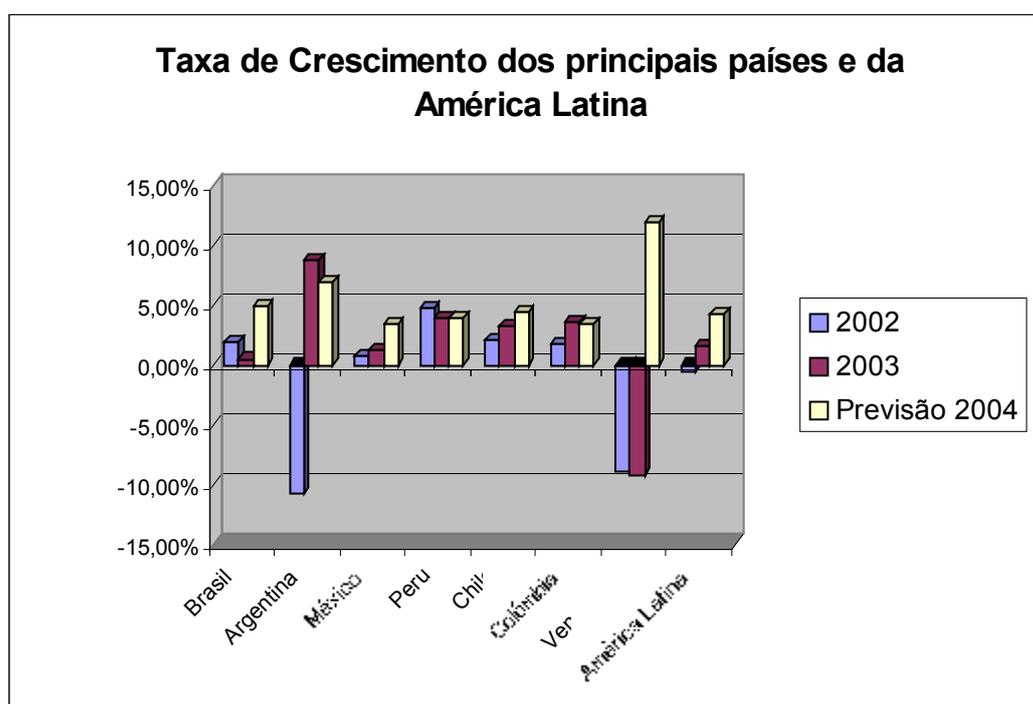
Taxas de Crescimento dos principais países e regiões

Países/regiões	2002 (%)	2003 (%)	Previsão 2004 (%)
Brasil	1,9	-0,2%	3,5%
Argentina	-10,8	8,8%	7%
México	0,8	1,3%	3,5%
Peru	4,8	4%	4%
Chile	2,1	3,2%	4,5%
Colômbia	1,7	3,6%	3,5%
Venezuela	-9	-9,2%	12%
América Latina	-0,6	1,6%	4,3%
EUA	2,2	3,1%	4%
África do Sul	3	1,9%	2,5%
Índia	4,6	7,4%	6,5%
China	8%	9,1%	8,5%
Japão	-0,3%	2,5%	4,3%
União Européia	1%	0,7%	2%
Reino Unido	1,6%	2,2%	3,1%
Mundo	1,7%	2,6%	3,8%

Fonte: UNCTAD/CEPAL



Fonte: gráfico construído a partir de dados disponibilizados pela CEPAL e UNCTAD



Fonte: gráfico construído a partir de dados disponibilizados pela CEPAL e UNCTAD

O chamado [Consenso de Washington](#) [ver [Glossário](#)] foi, na verdade, a consolidação das políticas econômicas defendidas por alguns economistas em Washington para a América Latina após uma década de crise financeira por que passou a região.

Essas recomendações de política econômica foram consolidadas por John Williamson em 1989, estabelecendo uma espécie de receituário a ser adotado pelos governos latino-americanos a fim de tentar estabilizar suas frágeis economias.

Os pontos do Consenso incluíam: (a) disciplina fiscal, (b) reorientação dos gastos públicos, (c) reforma tributária, (d) liberalização financeira, (e) taxa de câmbio doméstica unificada e competitiva, (f) liberalização do comércio, (g) abertura para o financiamento externo direto, (h) privatização e (i) desregulamentação.

Os países da América Latina aplicaram tais reformas em níveis diferentes, mas de uma forma geral os pontos foram tangenciados pelos Estados, segundo analistas. Alguns desses ajustes vieram tardiamente, como no caso do Brasil e Argentina. Estes, após terem aproximado suas taxas de câmbio ao dólar, (a Argentina através da vinculação do Peso à unidade monetária estadunidense, e o Brasil através do estabelecimento de bandas cambiais) tiveram que desvalorizar o câmbio abruptamente em função de altos déficits em transações correntes. Isso porque a balança comercial se tornou deficitária em função de uma redução das exportações – taxas pouco competitivas – e aumento das importações – redução dos preços relativos dos bens importados.

De acordo com o relatório sobre comércio de desenvolvimento da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento), a política de rigidez cambial atrelada à moeda estadunidense conseguiu segurar a alta inflação que corroía as economias argentina e brasileira, quebrando assim o ciclo inflacionário que perdurou por anos. Segundo a organização, a política de manutenção de taxas mais competitivas permitiu a conversão para uma balança comercial superavitária, impulsionando o gatilho para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) previsto para tais países em 2004.

A seqüência descrita acima é válida para a maioria dos países da América Latina no que tange ao equilíbrio das finanças via balança comercial. Com taxas de câmbio desvalorizadas, os preços de seus bens se

tornaram mais atraentes no mercado internacional, gerando os superávits previstos para 2004.

No entanto, para os anos anteriores, o desempenho dos países latino-americanos não foi tão satisfatório quanto esperavam os defensores dos ajustes do Consenso de Washington. Segundo analistas, o resultado frustrou as expectativas dos economistas uma vez que os países não adotaram as medidas propostas. Isso pode ser constatado, dentre outros exemplos, através da crise argentina, que manteve sua taxa de Câmbio sobrevalorizada até 2001. Além disso, os gastos públicos não foram regulados e o superávit primário da Argentina manteve a média 0,5% do PIB entre 1992 e 1999. A título de comparação, o Brasil apresentou uma média de 1,2% do PIB de superávit primário para o mesmo período.

Nesse ínterim, o Brasil apresentou uma evolução da dívida pública entre 1994 e 1998, passando de 30% para 42% do PIB no período. O gasto público primário aumentou em termos reais, com uma média de crescimento de 6% ao ano durante as duas gestões do presidente Fernando Henrique Cardoso. Vale ainda ressaltar a política econômica desenvolvida no país – o Plano Real – que inicialmente visava à manutenção da taxa de câmbio próxima à unidade do dólar, contrariando a recomendação do Consenso no que se refere ao estabelecimento de taxas mais competitivas.

O ajuste fiscal, segundo o relatório da UNCTAD, ocorreu em resposta a uma melhora na conta de transações correntes devida à desvalorização cambial. A política fiscal, que antes era direcionada para manter as taxas de câmbio sobrevalorizadas, pôde a partir de então se voltar para a redução da dívida pública dos países latino-americanos. Dívida essa que, durante o período da paridade cambial, cresceu consideravelmente em função das altas taxas de juros, dos custos

advindos de crises financeiras e baixo crescimento econômico.

Para 2004, diversos países adotaram uma meta de superávit primário mais ambiciosa. Antes que aumentar os gastos públicos, os governos pretendem reduzir suas dívidas públicas. Segundo a UNCTAD, a Argentina estabeleceu sua meta de 3% do PNB (Produto Nacional Bruto), 3,2% no Uruguai, 4,25% no Brasil e 6,4% no Equador.

Economistas no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) apontam a Venezuela como um caso a parte, em que o país resistiu às reformas do Consenso, tidas pelo governo de Hugo Chávez como “neoliberais”. Seu crescimento acima da média se deu pelo aumento da cotação do petróleo no mercado internacional, cuja extração representa a principal atividade econômica do país. Entretanto, a economia venezuelana apresentou uma queda acumulada no PIB de 18% entre 1999 e 2003.

Economistas partidários às reformas neoliberais rebatem às críticas ao Consenso de Washington afirmando que os países na América Latina não adotaram às políticas recomendadas no início da década de 90. E ainda afirmam que os resultados favoráveis das economias em tela, previstos para 2004, podem ser um efeito da adoção de algumas das medidas do Consenso implementadas tardiamente.

Referência

GIMBIAGI, Fábio e ALMEIDA, Paulo. **Morte do Consenso de Washington?**

Os rumores a esse respeito parecem muito exagerados. In: Textos para Discussão 103. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2003.

WILLIAMSON, John. **Depois do Consenso de Washington: Uma Agenda para reforma econômica na**

América Latina. Disponível em <http://www.iiie.com/publications/papers/williamson0803.pdf> Acessado em 14/10/04.

Sites:

[BBC Brasil](#)

[UNCTAD](#) - Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento: Relatório Anual de Desenvolvimento - 2004

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe: Relatório de 2004

<http://www.cepal.org/>

As economias de Israel e da Palestina

Resenha
Economia e Comércio

Daniel Mendes
09 de novembro de 2004

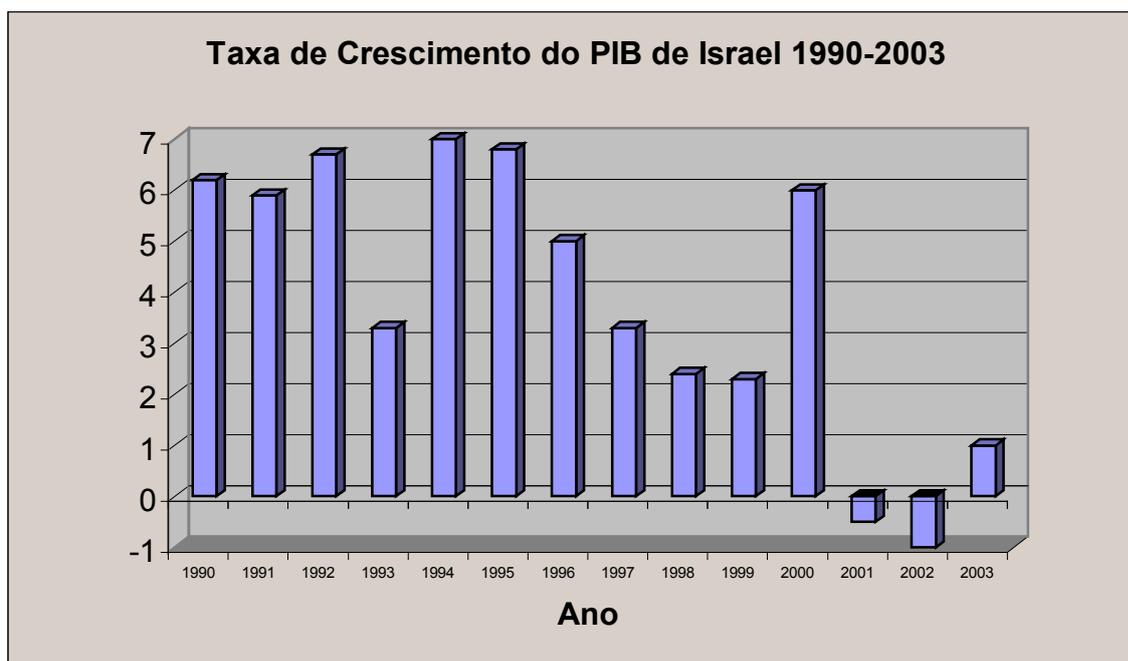
Os contrastes econômicos mostram que as disparidades entre os povos não se reservam apenas ao campo político e religioso.

Desde a criação do Estado de Israel a economia nacional vem se modernizando rapidamente. Antes baseada na agricultura e indústria de bens não-duráveis, hoje é uma economia caracterizada pela alta capacidade técnica, conhecimento científico e é internacionalmente competitiva nas áreas de telecomunicações, indústria de alta tecnologia e agroindústria. No ambiente macroeconômico, nos últimos 15 anos a inflação foi contida e passou de uma média de 14% ao ano a 0% no ano de 2000. O déficit orçamentário é agora regulamentado por lei e assim passou a estar sempre vinculado a uma porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB), garantindo a responsabilidade nos gastos governamentais e assim, segundo o Ministério das Finanças de Israel, se criou um panorama previsível e favorável às atividades econômicas do setor privado.

O país detém hoje uma economia de mercado tecnologicamente avançada com substancial participação do governo. Sua dependência de produtos externos é, principalmente, por petróleo, grãos, matérias-primas de todo tipo e equipamento militar. Suas exportações se

baseiam em produtos agrícolas (frutas e vegetais), equipamentos de alta tecnologia e diamantes lapidados. Historicamente, Israel tem produzido grandes déficits nas contas correntes que são cobertos por grandes transferências de pagamentos do exterior e empréstimos internacionais. Aproximadamente metade da dívida externa do país é devida aos Estados Unidos, que são seus maiores parceiros em termos de ajuda econômica e militar.

A renda *per capita* do país está entre as 20 maiores do mundo e reflete o alto nível de vida de sua população. É maior que de países como Coréia, Portugal, Nova Zelândia e Grécia. De 1990 até 1996, o crescimento econômico foi notável e correspondeu a uma média de 5,8% ao ano. Esta época de bonança estava vinculada a, basicamente, dois fatos: 1) a absorção de imigrantes russos que contribuiu para o aumento da demanda e impulsionou o setor *hi-tech* da economia devido à alta qualificação destes; e 2) ao processo de paz e ao cessar-fogo entre judeus e palestinos parcialmente implementado neste período.



Em 1997-98, a economia perdeu seu fôlego devido à redução da entrada de imigrantes e, conseqüentemente, da demanda por bens duráveis e investimentos na construção civil além do acirramento dos conflitos na faixa de Gaza e Cisjordânia. A partir de 1999, a economia voltou a registrar bons números, mas com a eclosão da segunda intifada em setembro de 2000, pela primeira vez desde 1953, em 2001 a economia israelense registrou crescimento negativo. Além disso, a renda per capita caiu em quase 3%. Três setores foram os principais atingidos pela escalada da violência: o turismo, a agricultura (que é composta 30% por trabalhadores palestinos) e a construção (12% de palestinos). A produção no setor de negócios, que havia crescido 8% em 2000 caiu 2,2%, e os investimentos na economia israelense, que aumentaram 9,5% um ano antes, em 2001, caíram em 11%. A intifada, juntamente com a crise da bolsa eletrônica Nasdaq e a recessão global impactaram profundamente na prosperidade econômica dos tempos do cessar-fogo.

O colapso do turismo foi evidenciado pela

diminuição na quantidade de turistas.. Em 2001 o número de turistas foi de 1,2 milhões (um declínio de 51%). Em 2002 o número foi o menor dos últimos 30 anos. Estima-se que o setor deixe de arrecadar U\$ 4 bilhões por ano, praticamente 4% do PIB. Até mesmo o setor mais forte da economia sofre com a instabilidade da região. A indústria *high-tech* que crescia fortemente, acima de 20%, teve redução de 24% em 2001. Como conseqüência, o desemprego aumentou drasticamente.

Estes maus desempenhos se arrastaram até 2003, onde no final do ano a economia esboçou uma reação. Em 2004, no primeiro trimestre, o país cresceu a uma taxa de 5,5% (índice anualizado) o que pode demonstrar que a retomada do crescimento pode se sustentar. Foram implementadas reformas orçamentárias, ocorreram cortes em programas sociais e foram realizadas privatizações.

Já a economia palestina, ao contrário da israelense, é caracterizada pelo subdesenvolvimento e extrema pobreza da população. As condições de vida são diferentes entre os territórios da Cisjordânia e a faixa de Gaza naqueles, as condições econômicas e sociais são bem

melhores do que nesta. A faixa de Gaza é onde a miséria mais se aproxima à de países africanos. Com mais de meio milhão de habitantes, este território tem a densidade demográfica mais alta que a ilha de *Manhatan*, em Nova Iorque.

A economia se baseia principalmente na agricultura e indústria de alimentos. Apesar de ter mostrado certo avanço desde 1995, a indústria palestina não consegue um crescimento sustentado devido à falta de financiamento e das incertezas políticas. Cerca de 60% das indústrias conta com menos de 4 empregados e apenas 8% têm mais que 10. Todas visam ao abastecimento do mercado interno por alimentos e tabaco.

O desemprego é o maior problema da economia atualmente. Na década de 80, ficava abaixo de 5%, mas hoje em dia acredita-se, apesar da disparidade dos índices divulgados, que esteja próximo de 40% da população economicamente ativa (PEA). Este crescimento do desemprego se deu a partir do momento em que Israel adotou uma política de fechamento em relação aos palestinos, devido aos problemas de segurança. Problema agravado com a construção do muro que separa Israel e a Cisjordânia.

Muitos dos trabalhadores vão todos os dias para Israel, onde geralmente têm empregos por salários que nenhum israelense aceitaria. Ocupam os postos de lixeiros, varredores, faxineiros e demais empregos de baixa qualificação e baixa remuneração. Apesar disto, o mercado de trabalho melhorou depois da chegada dos soldados e colonos judeus em comparação com os tempos onde a região era dominada pelo Egito.

Com o início da segunda intifada, o panorama se tornou ainda mais insustentável economicamente. Em 1999 o PIB era de, aproximadamente, US\$ 4,2 bilhões e a estimativa é de que hoje seja de US\$ 3,2 bilhões. A renda *per capita* diminuiu drasticamente, devido ao altíssimo crescimento populacional,

consequência da estratégia dos líderes palestinos de incentivo à natalidade baseada na premissa de que a maior arma do povo palestino contra Israel é o ventre de suas mulheres.

Segundo um relatório da Conferência de Comércio e Desenvolvimento da ONU, a economia palestina vem-se tornando cada vez mais parecida com a de países em guerra: deterioração da estrutura e sustentado crescimento negativo, capacidade de exportação declinante, pressões fiscais como o déficit dos gastos públicos, grande dependência externa e extrema pobreza são características da economia da Palestina e de países em guerra civil. Ainda segundo o relatório, a economia só poderia ter alguma chance de se recuperar se o conflito fosse resolvido de alguma maneira. Enquanto isso, a ajuda internacional, que foi de US\$ 2 bilhões em 2001-2002, evita que todo o sistema entre em colapso.

Referência

Sites

Palestine Ministry of Information - http://www.minfo.gov.ps/en_index.htm

Ministry of Finance of Israel - <http://www.mof.gov.il/>

UNCTAD - <http://www.uno.org>

Banco Mundial - <http://www.worldbank.org>

Central Intelligence Agency (CIA) - <http://www.cia.gov>

Hanitz - <http://www.hanitzotz.com>

A Morte de Yasser Arafat e a distribuição de poder entre as autoridades palestinas

Resenha
Segurança

Jéssica Naime e Vinícius Alvarenga
11 de Novembro de 2004

Com a morte do líder palestino Yasser Arafat, há uma redistribuição de poder entre as facções políticas que lutam pela libertação da palestina. O povo palestino está em luto e vai às ruas orar por sua alma.

Um dos principais líderes da causa palestina, Yasser Arafat, faleceu, aos 75 anos de idade, na madrugada de 11 de novembro, em um hospital militar na capital francesa, às 3:30, hora local (02:30 GMT). Arafat foi internado no dia 29 de outubro, apresentando baixo nível de plaquetas no sangue, o que interferia na sua capacidade de coagulação. Estava em estado de coma desde o dia 3 de novembro, e na terça-feira, dia 9, havia sofrido uma hemorragia cerebral. Apresentava ainda falência dos rins e do fígado.

Ainda não está claro qual a doença que levou Arafat ao hospital em Paris. Militantes do grupo Hamas acreditam que ele havia sido envenenado, suposição essa que os médicos negaram. A hipótese de câncer também foi descartada.

O corpo será levado para o Cairo, onde o líder teria passado boa parte de sua infância, onde será velado em uma mesquita próxima ao aeroporto. De lá será transportado para Ramallah, cidade em que se encontrava confinado por Israel desde 2000, e onde será enterrado no sábado pela manhã. Os palestinos declaram ainda a intenção de, futuramente, transferir seu corpo para Jerusalém, assim que “conseguirem

estabelecer na cidade a capital de um Estado independente”.

As autoridades palestinas declararam luto de quarenta dias. Bandeiras foram hasteadas a meio mastro em frente ao escritório do líder em Ramallah. Muitos palestinos foram às ruas e às mesquitas rezar por sua alma.

O primeiro-ministro israelense Ariel Sharon declarou que a morte de Arafat poderia ser uma mudança nos rumos das negociações de paz no Oriente Médio se os palestinos “acabassem com o terrorismo e se engajassem numa guerra contra o terror”. afirmou ainda que Israel é um “Estado que almeja a paz e que continuará perseguindo tal objetivo”.

A Casa Branca apenas declarou suas condolências ao povo palestino e descreveu a morte do líder como “um momento significativo na história palestina”. afirmou sua crença de que “o futuro traga a paz e que um Estado independente e democrático palestino possa conviver pacificamente com seus vizinhos”.

O secretário geral da ONU, Kofi Annan, declarou Arafat como a expressão das aspirações nacionais do povo palestino. E ainda reafirmou a necessidade de que, a partir de agora, ambos os lados do

conflito, israelenses e palestinos, devem se engajar num esforço conjunto para alcançarem a paz.

Com a [morte de Arafat](#), o presidente do Parlamento Palestino, Rawhi Fatuh, assumiu o cargo de presidente interino da Autoridade Palestina (AP), por 60 dias até a realização de eleições. Mahmoud Abbas, também conhecido como Abu Mazen, ex-premiê, assumiu a liderança da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), a principal organização palestina, acima inclusive da AP, que é encarregada mais da administração. O atual Primeiro Ministro, Ahmed Qurei, herdou também alguns dos poderes que Arafat aglutinava como presidente, exercendo uma liderança mais efetiva na AP. Farouk Kaddoumi se tornou o líder do Fatah, o principal partido palestino co-fundado por Arafat em 1958 e que constitui a maior parte da AP. Estes principais líderes compõem a chamada velha guarda, isto é, a ala mais próxima a Arafat dentro do Fatah. Outros líderes da velha guarda que ganharam proeminência foram o ministro das Relações Exteriores, Nabil Shaath e um alto membro da OLP, Yasser Abeb-Rabbo. O principal problema enfrentado por alguns desses líderes que compõem a velha guarda, conforme analistas, é a falta de apoio popular.

Abu Mazen é cogitado como nome mais forte para suceder Arafat. Outros nomes que podem entrar na disputa pela liderança na Autoridade Palestina são Mohammed Dahlan, antigo chefe de segurança em Gaza, Jibril Rajoub, que foi chefe da segurança na Cisjordânia e Marwan Barghouti, líder da Intifada que, porém, encontra-se em uma prisão israelense. A disputa mais acirrada deve se dar entre a velha guarda, mais tradicionais apoiadores de Arafat, e a nova guarda (chefes de segurança com atuações em diversas regiões) que possui uma tendência de se aproximar mais das milícias e outros grupos.

O grupo militante palestino Hamas,

conforme palavras de um dos seus principais líderes Ismael Haniya, defendeu sua maior participação na estrutura política palestina, juntamente com demais facções, como forma de ampliar os grupos que participam das tomadas de decisão na Palestina. Outros grupos como a Jihad Islâmica e a Frente Popular para a Libertação da Palestina também querem ter participação nos rumos políticos da Palestina.

Há a possibilidade de que a sucessão não seja tranqüila, segundo analistas. A briga pelo poder com o vácuo deixado por Arafat pode se transformar em combates abertos entre as diversas facções palestinas. A questão é fundamentalmente política e muito menos ligada a questões religiosas. Se houver confrontos e disputas entre as facções mais moderadas e as radicais, o Hamas pode ser favorecido, pois é o grupo mais organizado e unificado. O Hamas que já tem importância maior na faixa de Gaza, pode conseguir também influência maior na Cisjordânia.

Por parte de Israel, uma situação caótica na sucessão pode não ser interessante, uma vez que aumentaria o grau de incerteza e as ameaças de novas insurgências e atentados, diminuindo ainda as margens para negociação. Por outro lado Israel poderia levar adiante suas decisões unilaterais pois teriam a argumentação de que não têm com quem negociar.

Os EUA e o presidente Bush, juntamente com a ONU a União Européia e a Rússia, esperam que a estabilidade seja mantida, para darem prosseguimento ao plano de paz chamado de *Road Map* ou mapa da paz. Para o presidente Bush, a saída de Arafat da cena, pode significar avanços, como pensa o atual ministro Israelense Ariel Sharon. Os dois líderes viam Arafat como um rebelde e não levavam adiante negociações de paz com o ex-líder palestino. Analistas vislumbram novas oportunidades para as conversações de

paz.

Já os Palestinos perderam um líder respeitado e único, que desde a década de 1960 lutava pelo direito a um Estado livre palestino. Arafat conseguiu levar as aspirações do povo palestino para as discussões em todo o mundo e era engajado para defender seu povo. Mesmo não obtendo o mesmo sucesso como administrador diante da AP, Arafat era sem dúvida um exemplo e uma esperança para os palestinos, motivo pelo qual sua morte trouxe muito pesar para seu povo.

Referência

[BBC NEWS](#)

[Folha de São Paulo](#)

[Foreign Affairs](#)

Ver também:

06/11/2004 - [A provável saída de Arafat e a Disputa Interna na Autoridade Palestina \(Análises\)](#)

05/11/2004 - [Yasser Arafat: um perfil do líder palestino \(Especial Perfil\)](#)

O recente panorama dos ataques terroristas a Israel

Resenha
Segurança

Liz de Abreu Lacerda
13 de novembro de 2004

Desde novembro 2000, a opinião pública palestina tem demonstrado suporte a organizações islâmicas radicais por um número de fatores ligados. Os ataques servem, ao mesmo tempo, para atacar o inimigo odiado (Israel) e dar legitimidade aos grupos que competem com a Autoridade Palestina pela liderança da comunidade.

Desde novembro 2000, a opinião pública palestina tem demonstrado suporte a organizações islâmicas radicais por um número de fatores ligados, segundo analistas, às escolhas políticas e sociais de seus líderes. Palestinos com sustentação pública transformaram os bombardeios num método do recrutamento para organizações militantes dentro da comunidade palestina. Os ataques servem, ao mesmo tempo, para atacar o inimigo odiado (Israel) e dar o legitimidade aos grupos que competem com a Autoridade Palestina pela liderança da comunidade.

Os bombardeios suicidas são ataques violentos, motivados politicamente e realizados em um estado deliberado de consciência pelas pessoas que se auto destroem juntamente com o alvo escolhido. O apoio a essa prática vai diretamente contra os objetivos indicados de um futuro melhor para civis palestinos. As pesquisas de opinião pública demonstram que tais atentados são piores agora do que eram antes do Intifada do al-Aqsa, para cada indicador (econômico, social, saúde, etc.). Ademais, a maioria dos palestinos suporta a continuação do

Intifada do al-Aqsa e as operações do “martyrdom”, não obstante às políticas retaliatórias de Israel. Os alvos e o modus operandi dos bombardeios suicidas variam, de oficiais de governo aos alvos militares ou econômicos, de uma série de ataques a iniciativas isoladas.

De forma sucinta, estão apresentadas as incursões palestinas do ano corrente.

Janeiro 13 2004 O governo Israelense anuncia que pretende começar a se retirar das partes dos territórios ocupados e redefinir suas fronteiras para criar o Estado palestino se não houver nenhum progresso para um estabelecimento negociado da paz.

Janeiro 14 2004 Uma mãe palestina de 22 anos, fingindo ser incapacitado, mata quatro israelenses em um cruzamento na faixa de Gaza depois de convencer soldados a revistarem-na apenas manualmente, sem utilizar o detector de metais.

Janeiro 29 2004 Pelo menos dez pessoas são mortas e outras 50 feridas em um ataque suicida em um ônibus perto da residência oficial de Ariel Sharon em Jerusalém. A brigada dos Mártires do al-Aqsa reivindica a responsabilidade, mas o

ataque não promove a troca de um prisioneiro detido pelo governo Israelense. Como consequência Israel começa a livrar 436 dos 7.000 detidos na troca para um homem de negócios Israelense seqüestrado e os corpos de três soldados mortos.

Fevereiro 22 2004 Bombardeiro suicida mata oito pessoas em um ônibus da hora do rush em Jerusalém.

Março 14 2004 Dez pessoas são mortas quando dois homens-bomba palestinos de Gaza atacam o porto Israelense de Ashdod, alertando o ministro principal, Ariel Sharon, que cancele sua primeira reunião com sua contraparte palestina, Ahmed Qureia.

Mai 11 2004 Seis soldados israelenses são mortos na luta contra militantes palestinos na cidade de Gaza, resultado mais elevado da morte em uma única operação em quase dois anos. Cinco palestinos são, incluindo ao menos três homens armados e um adolescente. 88 ficam feridos em uma das batalhas mais ferozes na cidade em meses recentes.

Julho 11 2004 Ariel Sharon, diz que a corte internacional está decidindo a favor de terroristas, logo depois que uma bomba em um ponto de ônibus de Tel Aviv matar uma mulher jovem.

Agosto 31 2004 Pelo menos 16 pessoas são mortas e 80 feridas quando militantes palestinos realizam bombardeios suicidas em dois ônibus na cidade de Beersheba. Horas antes, Ariel Sharon, propôs um cronograma acelerado para a evacuação de assentamentos judaicos na faixa de Gaza para o início de 2005.

Setembro 29 2004 Em ataque com foguetes, o Hamas, grupo ativista palestino, reivindica duas vidas Israelenses, assim como a de três meninos palestinos.

Outubro 7 2004 Uma série de ataques com carros bomba em balneários do Sinai, Egito matam 34 e ferem 59 pessoas. A maioria das vítimas é composta de turistas

Israelenses e trabalhadores egípcios.

Referência

Mia Bloom. *Palestinian Suicide Bombing: Public Support, Market Share, and Outbidding*. *Political Science Quarterly*, 1 January 2004, vol. 119, no. 1, pp. 61-88(28)

Sites:

[BBC](#)

[The Guardian](#)

Desdobramentos decisivos no conflito árabe-israelense: Arafat e a retirada israelense da Faixa de Gaza

Resenha
Segurança / Integração Regional

Layla Dawood
05 de novembro de 2004

Os rumos do conflito árabe-israelense diante da recente deterioração das condições de saúde de Arafat devem ser compreendidos à luz da retirada dos assentamentos israelenses da Faixa de Gaza.

A recente deterioração no estado de saúde do líder palestino Yasser Arafat levanta questionamentos acerca das possíveis conseqüências de tal desdobramento no âmbito do conflito árabe-israelense. O esforço de compreensão dessas conseqüências deve ser realizado à luz da provável retirada israelense da Faixa de Gaza.

No dia 26 de outubro de 2004, o Knesset, parlamento israelense, aprovou por 67 votos a 45 o plano unilateral que prevê a retirada dos 21 assentamentos israelenses da Faixa de Gaza e de 4 da Cisjordânia. A aprovação sobreveio após um conturbado processo político que perdurava desde fins de 2003, quando o primeiro ministro Ariel Sharon apresentou publicamente sua proposta pela primeira vez¹. Estima-se que a retirada ocorrerá entre maio e setembro de 2005.

As negociações em torno do plano de retirada dominaram a agenda política interna israelense dos últimos meses, sendo que Ariel Sharon sofreu forte oposição ao plano dentro de seu próprio partido (o Likud). Angariou, em contrapartida, o apoio do Partido Trabalhista (de oposição), que já advogava

a favor da retirada desde o mandato do trabalhista Ehud Barak, antecessor do atual primeiro ministro.

Durante anos, Ariel Sharon, principal mentor do plano de retirada, foi um dos maiores defensores dos assentamentos construídos em terras ocupadas em decorrência dos confrontos entre árabes e israelenses. De modo a compreender a atual abordagem do governo israelense em relação ao conflito, bem como a mudança de posicionamento do primeiro ministro, analistas buscam contextualizar o plano de retirada no âmbito dos recentes desdobramentos internacionais que permeiam o conflito árabe-israelense.

A intervenção militar liderada pelos EUA no Iraque alterou a balança de poder do Oriente Médio em favor de Israel, conferindo-lhe maior liberdade de atuação diante do desaparecimento do chamado Fronte Oriental. A preocupação israelense em relação a uma possível ação militar conjunta entre Síria, Jordânia e Iraque pelo leste já havia sido minorada em função de acordos realizados entre Jordânia e Israel. Com o fim da ameaça representada pelo Iraque, observou-se uma mudança radical na equação de segurança de Israel, o que abre caminho para uma ampla redefinição

política, inclusive para a retirada de territórios que ocupa desde 1967.

Vale ressaltar que ações militares israelenses resultaram no enfraquecimento dos grupos palestinos, em especial do Hamas, que teve muitos de seus principais líderes mortos. Além disso, a barreira construída pelo governo israelense na Faixa de Gaza inviabilizou a ocorrência de atentados no interior das fronteiras de Israel pré-1967, sendo que, desde 2001, apenas um atentado foi realizado neste território. Assim, do ponto de vista israelense, dado o enfraquecimento da capacidade de atuação de tais grupos, a retirada de Gaza fez-se possível, uma vez que não afetaria a segurança daquele país.

Mais recentemente, foi lançado por iniciativa dos EUA, da União Européia, da Rússia e de Kofi Annan (Secretário-Geral da ONU) o chamado Road Map. Como primeira etapa na retomada das negociações, este prevê um cessar-fogo, a reconstrução das instituições políticas e das forças de segurança palestinas, o congelamento dos assentamentos israelenses e a retirada de Israel dos territórios reocupados após a escalada de violência em 2000. Posteriormente, propõe a realização de eleições na Palestina e de uma conferência internacional que estabeleceria as fronteiras finais de um futuro estado palestino, dispondo ainda acerca dos refugiados palestinos e do status de Jerusalém.

Contudo, os israelenses acusam a Autoridade Palestina de não cumprir condição essencial à consecução das demais etapas estabelecidas pelo Road Map, qual seja: a reorganização das forças de segurança palestinas (transformação de cerca de 12 serviços em três e submissão desses à autoridade de um ministro específico), que lhe permitiria o combate e a repressão dos grupos terroristas, nos termos do acordo. Apesar dos esforços do primeiro ministro da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, e de seu

ministro Mahmoud Dahlan, Yasser Arafat teria sabotado essa reorganização, o que leva o governo de Israel a afirmar que não existem parceiros palestinos à negociação.

Nesse sentido, a posição israelense, apoiada pelos EUA e demais membros do Quarteto, é a de que, enquanto a Autoridade Palestina não reorganize suas forças de segurança e não se disponha a reprimir o Hamas, o Jihad Islâmico e as Brigadas, não haveria como levar a cabo as negociações no âmbito do Road Map, restando a Israel iniciativas (como a retirada de Gaza) que visem à melhoria de suas capacidades de combate ao terrorismo. A retirada israelense, vista por vários países como uma obrigação imposta por resoluções da ONU a Israel desde 1967, é apoiada pelo Quarteto.

A retirada da Faixa de Gaza visaria a conceder território aos palestinos de modo a impedir a migração desses para Israel e garantir a manutenção de uma maioria judia em território israelense. Somada à retirada, a construção de uma barreira de separação na Cisjordânia, nos moldes da já existente na Faixa de Gaza, objetivaria uma redução dos pontos de fricção entre palestinos e israelenses, impedindo ataques a cidadãos israelenses.

A iniciativa de retirada traz novos componentes à relação entre israelenses e palestinos. Segundo o analista internacional Mouin Rabbani, existiriam, entre os palestinos, três concepções diversas no que se refere ao plano de Sharon. A primeira delas, que teria em Yasser Arafat seu principal representante, concebe a retirada como uma ameaça, uma vez que essa acabaria resultando no fracasso do objetivo estratégico de forjar bilateralmente um estado palestino no âmbito dos demais territórios ocupados. Assim, a retirada dos 7.000 assentados em Gaza serviria para garantir a permanência dos 200.000 israelenses na Cisjordânia. Além disso, embora seja certo que as tropas e os assentamentos serão retirados da região, tudo indica que Israel

continuará com o controle das fronteiras da Faixa de Gaza, costas marítimas e espaço aéreo, o que, juntamente com as ações de Israel inseridas no âmbito da “Guerra contra o Terror”, leva muitos a afirmar que Gaza será uma verdadeira prisão ao ar livre. Analistas ponderam que a relutância em relação ao plano, por parte dos que comungam da concepção de Yasser Arafat, poderia ser fundada em seu receio de que o desmantelamento dos assentamentos israelenses em Gaza fizesse desaparecer ou minorasse, no plano internacional, a justificativa dos atentados terroristas palestinos ou da própria causa palestina. Questionam, igualmente, o comprometimento de Arafat com a chamada “solução dois estados” para o conflito, ou seja, se o líder palestino aceita ou não a existência do Estado de Israel.

A segunda concepção, compartilhada por palestinos liderados pelo antigo chefe de segurança em Gaza, Muhammad Dahlan, vislumbra o plano como uma oportunidade de reatar o processo de paz interrompido em 2000, na medida em que a habilidade de seus seguidores em garantir a estabilidade da região, após a retirada, poderia fazer com que Israel os visse como parceiros à retomada das negociações.

Finalmente, membros do Hamas concebem a retirada como uma decorrência das atuações deste movimento, constituindo uma espécie de rendição israelense. Seus membros empreendem uma tentativa de convencimento da população palestina acerca de sua influência na iniciativa unilateral. Analistas cogitam que a busca deste convencimento poderia indicar um intuito de participação no processo político legítimo por parte do Hamas após a retirada. Em contrapartida, Ariel Sharon lançou recentemente na região uma ofensiva militar, intitulada Dias de Penitência, com o intuito de enfraquecer o movimento, destruindo sua infraestrutura, de modo a convencer a população israelense de que o Hamas

seria confinado à Faixa de Gaza e de que sua atuação não atingiria a Cisjordânia ou outras partes de Israel.

Recentemente, uma entrevista de Dov Weiglass, um dos principais assessores políticos de Ariel Sharon, ao jornal israelense Haaretz causou polêmica, uma vez que esse teria afirmado que o significado do plano de retirada seria o congelamento do processo de paz, o que permitiria igual congelamento de questões como o retorno dos refugiados palestinos, o status de Jerusalém e o estabelecimento de um estado palestino e das fronteiras de Israel.

No entanto, logo após as declarações de seu assessor, o primeiro ministro apressou-se em afirmar que o Road Map era o único meio para que a paz fosse alcançada e que o plano unilateral de retirada era com ele consistente. Nesse sentido, a previsão de retirada de 4 assentamentos na Cisjordânia serviria para propagar a mensagem “Gaza first, not Gaza only”, ou seja, a iniciativa não implicaria que Israel se furtaria a negociações futuras.

Teme-se que a criação de uma entidade nacional na Faixa de Gaza, geograficamente separada da sede localizada na Cisjordânia, poderia resultar no enfraquecimento ainda maior da Autoridade Palestina em função do possível aumento da competição interna entre as várias facções palestinas, probabilidade potencializada pelo estado de saúde de Yasser Arafat. Por outro lado, há quem advogue que tais problemas poderiam ser resolvidos mediante a incorporação de palestinos radicais, como o grupo terrorista Hamas, no processo político legítimo e a realização de eleições, as quais poderiam fortalecer a Autoridade Palestina, preenchendo a carência de parceiros, alegada por Israel como empecilho à retomada das negociações.

Referência

EISENSTADT, Michael. The Israeli exodus from Gaza: a moment of truth for the international community. *Peace Watch*, no. 449, Apr. 5, 2004.

HALIM, Ahmed Abdel. The new 'New World Order': regional security after Iraq. *Palestine-Israel Journal*. [2004]

RABBANI, Mouin. Gaza's Wars of Perception. *The Middle East Report Online*. 14 Oct. 2004.

THE SABAN CENTER FOR MIDDLE EAST POLICY AT THE BROOKINGS INSTITUTION. Making Gaza Disengagement Work: Israeli, Palestinian, And International Requirements. In: *The Daniel Abraham Israeli-Palestinian Workshop no. 2*, June 2004.

Ver Também:

[Política israelense: a retirada de Gaza e a construção de uma barreira de separação na Cisjordânia;](#)

[A aprovação do plano de retirada pelo gabinete ministerial israelense;](#)

[Ariel Sharon X Likud: novos e antigos obstáculos à consecução do plano de retirada de Gaza.](#)

Brigada dos Mártires de Al-Aqsa

Especial
Perfil

Wesley Robert Pereira
5 de novembro de 2004

As Brigadas foram fundadas por um grupo de refugiados de uma seção em Nablus e muitos deles foram ativistas da primeira Intifada de 1987. Esse movimento é popular e suas principais bases estão localizadas em Nablus e Ramallah, ambas cidades da Cisjordânia.

Brigada dos Mártires de Al-Aqsa é uma organização político-militar ligada ao movimento Fatah, de Yasser Arafat. As Brigadas foram fundadas por um grupo de refugiados de uma seção em Nablus e muitos deles foram ativistas da primeira Intifada de 1987. Esse movimento é popular e suas principais bases estão localizadas em Nablus e Ramallah, ambas cidades da Cisjordânia.

A origem das Brigadas está relacionada ao evento da segunda Intifada, em setembro de 2000, na ocasião da visita do então candidato a primeiro-ministro, Ariel Sharon, à Esplanada das Mesquitas em Jerusalém, região em que está localizado o terceiro local mais sagrado para o islamismo, a mesquita de Al-aqsa: daí seu nome. Somente no início de 2002, no entanto, as Brigadas surgiram como organização formal, apesar de seus ataques a Israel já estarem ocorrendo nesse interregno da segunda Intifada e sua formalização.

Os dados disponíveis dos ataques das Brigadas a Israel contam com 17 ataques em 2001 e, já em 2002, os ataques foram contados em 108, o que fez com que o governo dos EUA os classificassem como "organização terrorista estrangeira", no início de 2002, mesmo período de sua fundação formal.

Analistas internacionais têm dito que, diferente do Hamas, as Brigadas não querem a instituição de um Estado islâmico na Palestina, porém se utilizam do islã como inspiração para sua luta por um Estado independente. Isso faz com que o grupo se configure como um movimento nacionalista e não um movimento fundamentalista como o é o Hamas ou a Jihad.

Seus membros vêem a luta armada como o único meio para a independência palestina e consideram os ataques terroristas e a morte de civis israelenses legítimos na condução dos objetivos nacionais: a retirada das forças de Israel dos territórios palestinos (Faixa de Gaza e Cisjordânia) e o estabelecimento de um Estado Independente da Palestina com Jerusalém como sua capital. O grupo também advoga que a todo palestino refugiado seja permitido seu regresso ao que é hoje o Estado de Israel e qualquer concessão ao mesmo, por parte dos países da região do Oriente Médio, é considerado como o equivalente a uma traição.

A estrutura organizacional das Brigadas é baseada numa rede de células localizadas nas principais cidades da Cisjordânia. Essas células não possuem um vínculo forte com a matriz e nelas estão presentes as unidades militares responsáveis pela

realização dos ataques e as unidades de segurança que são responsáveis pelo planejamento de ataques e a supervisão da segurança interna da organização. As funções de ambas as unidades incluem seqüestros e execução dos suspeitos de colaboração com as forças israelenses.

Analistas afirmam que o financiamento da organização para a realização de suas atividades são de origem iraniana e, sob o regime de Saddam Hussein, também recebiam fundos do Iraque. Ambos os países têm-se envolvido crescentemente com grupos palestinos e, além de financiá-los, eles forneciam apoio militar às Brigadas. O então presidente iraquiano, Saddam Hussein, anunciou em julho de 2001 que estava oferecendo para cada família de homens bomba entre US\$ 10.000 e US\$ 25.000 para encorajá-los ao martírio contra Israel.

Referência

[ASNIC - Asian Studies Network Information Center](#)

[BBC Brasil](#)

[CDI - Center for Defense Information](#)

[ICT - Terrorism & counter terrorism](#)

Hezbollah

Especial
Perfil

Wesley Robert Pereira
5 de Novembro de 2004

Hezbollah é uma organização que agrega grupos radicais xiitas com forte presença da ideologia do aiatolá Rouollah Komeini. O seu nome significa “Partido de Deus” e sua fundação data de 1982 diante do processo invasão das forças israelenses no Líbano.

O Hezbollah é uma organização que agrega grupos radicais xiitas com forte presença da ideologia do aiatolá Rouollah Komeini. O seu nome significa “Partido de Deus” e sua fundação data de 1982 diante do processo invasão das forças israelenses no Líbano. Nesse mesmo ano cresceu a presença e influência do Irã neste país. Seu secretário geral é Hassan Nasrallah e seus integrantes, xiitas, vêm a adoção da doutrina iraniana como uma solução para os problemas políticos do país.

Após a Revolução Iraniana de 1979, o Irã enviou ativistas para os países da região no intuito de estabelecer um movimento revolucionário islâmico, tendo estabelecido contatos com a comunidade xiita do Líbano. O pai espiritual do movimento ligado ao komeinismo no país é o xeique Muhammed Hussein Fadlallah. Na sua concepção, a solução dos problemas do Líbano é o estabelecimento de uma república islâmica que seria o único regime garantidor da justiça e igualdade para os cidadãos libaneses. Outro princípio é a sua luta contra o “imperialismo ocidental” e sua erradicação do território do Líbano. Também o conflito com Israel é visto como a preocupação central pela ideologia do grupo. O grupo almeja expulsar as forças israelenses do território libanês.

A assistência do Irã e da Síria, amplamente reconhecida por analistas, ao

Hezbollah o possibilitou de construir uma infraestrutura organizacional bem desenvolvida. Com isto, começou a estabelecer uma extensa rede militar no vale de Bekka (centro do Líbano). Essa rede é a principal base de atividades do hezbollah assim como para outros grupos xiitas. A organização mantém suas forças em treinamento tanto dentro do Líbano quanto fora do país.

Boa parte dos ativistas e membros do hezbollah está localizada no vale de Bekka, Beirute (capital) e no sul do Líbano. Essas áreas também oferecem uma base para o recrutamento de seus ativistas entre as populações xiitas locais.

Com o passar do tempo, o hezbollah se tornou numa organização descentralizada. Seu funcionamento passou a ser liderado por grupos locais tornando se numa organização de nível secundário.

A Síria tem impedido o governo libanês de diminuir as capacidades militares do hezbollah sob o pretexto do perigo que Israel representa para a região. O grupo de resistência libanesa expandiu seus ataques a Israel enormemente durante a primeira metade da década de 1990 (como mostra a tabela), com o intuito de forçar a retirada israelense do território libanês ocupado desde 1982. Em maio de 2000, o exército de Israel se retirou do território libanês de forma unilateral e durante os anos de sua ocupação foram mortos 1544 soldados israelenses em confronto com

grupos de resistência.

Ano	Número de vítimas do Hezbollah
1990	19
1991	52
1992	63
1993	158
1994	187
1995	344

Referência

[BBC - Brasil](#)

[ICT - Terrorism & counter terrorism](#)

Yasser Arafat: um perfil do líder palestino

Especial
Perfil

Jéssica Naime
5 de Novembro de 2004

Yasser Arafat é uma das personalidades políticas mais importantes envolvida no conflito árabe-israelense. Sua trajetória de luta para a formação de um Estado palestino perdura por cerca de 40 anos.

Yasser Arafat, chefe da autoridade palestina, luta há cerca de quarenta anos pela formação de um Estado autônomo na região da Palestina. Tido como um líder de pulso forte, com traços de autoritarismo, manteve centralizadas sob seu comando as decisões acerca da discussão sobre a formação de um Estado palestino, recusando-se a delegar poder a outros líderes do movimento.

Alguns de seus biógrafos concordam com o fato de que Arafat não tem de fato uma ideologia política definida. Acreditam que o líder palestino percebe o movimento como uma série de desafios táticos a serem superados, não apresentando, assim, nenhuma estratégia central. Arafat intitula-se um revolucionário, mas estudiosos dizem não haver nenhum traço de transformação social na sua percepção de mundo. O líder palestino não seria um adepto da visão marxista da luta entre classes, nem da visão islâmica de uma boa política, e nem mesmo de um verdadeiro nacionalismo revolucionário. Arafat tem uma visão simplista da luta palestina. Acreditaria apenas na superioridade das reivindicações de seu grupo, e que deveria então combater os usurpadores de sua causa, posicionando-se como uma espécie de mártir.

Não há muitos dados concretos sobre sua

vida privada, e Arafat parece não fazer muita questão expô-la. Seu casamento com a palestina Suha Tawil, do qual tiveram uma filha, Zahwa, foi mantido em segredo por cerca de quinze meses.

Seu nome de batismo é Mohammed Abdel-Raouf Arafat As Qudwa al-Hussaeini. Apesar de divergências acerca seu verdadeiro local de nascimento, declara ter nascido em Jerusalém, em 24 de Agosto de 1929, mudando-se para o Cairo com sua família ainda quando criança e lá se formando engenheiro na Cairo University Faculty of Engineering em 1956. Participou de movimentos estudantis palestinos ainda no Egito, chegando a servir voluntariamente no exército egípcio durante a crise do Canal de Suez.

Iniciou sua carreira como engenheiro no Kwait e, em 1959, fundou o grupo Fatah, que representa hoje uma das principais facções da Organização para Libertação da Palestina (OLP). A Organização foi formada em 1964, com o respaldo da Liga Árabe, que abarcava um grande número de grupos que lutavam para a libertação da Palestina, dentre eles o Fatah. O grupo emergiu como o mais poderoso dentro da organização frente à ameaça israelense após a Guerra dos Seis Dias, em 1967. A partir de então o Fatah passou a liderar a OLP, e Arafat se tornou o presidente do

Comitê Executivo da organização. Desta forma, consolidou-se entre os palestinos como uma força política importante na defesa de seus interesses.

Arafat é bastante recriminado por utilizar a violência como arma política. É acusado de liderar ataques terroristas contra civis israelenses, e de utilizar artifícios questionáveis para consolidar sua liderança no movimento palestino. Apesar disso, possui apoio de grande parte da população palestina, que vêem no líder uma saída para a disputa por territórios com Israel.

A luta armada pregada por Arafat deve ser compreendida como um produto do contexto onde surgiu o movimento. A luta armada seria a maneira que a baixa classe média urbana encontrou de manifestar suas reivindicações, consolidando o nacionalismo palestino urbano.

Questiona-se seu compromisso com a aceitação da existência do Estado de Israel, posição que ele só adotou em 1988. Até então, a posição da OLP era de não-aceitação da existência de Israel. Segundo alguns críticos, apesar do reconhecimento de Israel por Arafat, este não teria mudado de fato sua percepção acerca do conflito. Analistas afirmam que, pelo contrário, a ideologia da população palestina sofreu mudanças ao longo dos últimos 25 anos. A maior delas seria a alteração entre a defesa da formação de um Estado palestino no lugar do Estado de Israel para a consolidação de um Estado palestino que coexista ao lado dos territórios israelenses.

O apoio do povo palestino às ações de Arafat sofreu variações ao longo do tempo. Analistas acreditam que o suporte dado a Saddam Hussein, em suas pretensões expansionistas na Guerra do Golfo no início dos anos 90, possa ter minado a confiança do povo palestino em Arafat, uma vez que o presidente iraquiano realizava uma incursão militar contra o Kuwait.

Tal apoio na época teve um alto custo

político: a maioria dos países árabes se opunha à investida de Saddam Hussein e considerando que estes eram os maiores financiadores da OLP, o movimento teve sua fonte de renda cortada, afastando os fortes aliados que contribuía para sua força de ação.

Em fins década de 90, recusou um tratado de paz proposto pelo governo israelense, na figura do então presidente Ehud Barak. O acordo não previa uma solução para a volta dos refugiados palestinos, além de não abordar o impasse acerca do status da cidade de Jerusalém.

As negociações iniciadas em Oslo, em 1993, trouxeram para a comunidade palestina esperança na consolidação de um Estado próprio. Yasser Arafat e o então primeiro-ministro israelense Yitzak Rabin aproximaram as negociações de um final conciliatório entre as partes, o que lhes rendeu o prêmio Nobel da Paz em 1995.

O processo de construção da paz iniciado em Oslo previa suporte para o estabelecimento de eleições palestinas, e em 1996, Arafat foi eleito presidente da Autoridade Palestina, imprimindo mais uma vez um estilo autoritário de governo.

Contudo, a série de acordos do processo de paz foi perdendo sua efetividade na medida em que cláusulas foram desrespeitadas. Analistas acreditam que Arafat e Rabin perderam uma grande oportunidade de estabelecer um acordo de paz na região a partir do processo iniciado em Oslo, reduzindo assim, em parte, o apoio dos palestinos a Arafat.

Após o fracasso das tentativas de estabelecer um acordo com Israel, e a aparente falta de perspectiva para a solução do impasse, surge em 2000, na Cisjordânia, a segunda Intifada impulsionada por Arafat. Após os desdobramentos do levante, o governo israelense acabou por confinar o líder palestino em seu escritório em Ramallah, na Cisjordânia, o que lhe rendeu um aumento da base de apoio por parte dos

palestinos, que criticavam a decisão de isolá-lo. Arafat permaneceu então em Ramallah até ser encaminhado para tratamento médico em Paris em 28 de outubro recente.

Referência

[BBC Brasil](#)

[BBC NEWS](#)

[Folha de São Paulo](#)

[Foreign Affairs](#)

[Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs](#)

[Site oficial do Prêmio Nobel](#)

Jihad Islâmica

Especial
Perfil

Bernardo Hoffman Versieux
06 de novembro de 2004

Guerra santa que visa, primeiramente, o retorno do grande império árabe constituído durante Idade Média na região do Oriente Médio e, posteriormente, a extensão dessa guerra a todo o mundo. A implementação do islamismo em todo o mundo seria a libertação das pessoas para a verdade de Deus descrita no Corão.

O grupo palestino Jihad¹ Islâmica tem seu nome em árabe como Harakat al-Jihad al-Islami al-Filastini. O grupo originou-se no Egito por estudantes influenciados pela Irmandade Muçulmana e pela revolução islâmica ocorrida no Irã e foram marcados pela radicalização e militância no Egito. Com o passar do tempo passaram a considerar como negligência a moderação da Irmandade Islâmica e acreditavam que a prioridade de todo mundo árabe deveria ser a questão palestina. O grupo procurou desenvolver o que chamou de “a verdadeira Jihad” para tentar alterar o quadro estabelecido entre Israel e a Palestina e pôr fim ao secularismo Ocidental no Oriente Médio.

As ações muito radicais fizeram com que o grupo fosse expulso do Egito. Esse, então, mudou-se para a faixa de Gaza e se estruturou através de uma organização formal. Seus líderes, inicialmente estudantes, tornaram-se importantes acadêmicos nas universidades ocidentais, principalmente nos Estados Unidos. A

partir da radicalização de outros grupos palestinos os contatos foram se fortalecendo dentro do território palestino, principalmente com o Hamas. Nesse contexto, a organização se expandiu e criou escritórios em vários países como a Síria, o Irã e, principalmente, o Líbano.

Dessa forma, o grupo terrorista tem como objetivo primordial a concretização da Jihad no mundo islâmico. Esse caracteriza-se por ser extremamente radical e apoia a ação de grupos xiitas em todo Oriente Médio. A realização completa do objetivo seria a extensão do modelo iraniano atual para todos os povos árabes.

O grupo deu suporte a vários grupos de ativistas, principalmente ao Fatah. Esse suporte foi transformado em atentados terroristas e mortes de muitos civis israelenses. Durante a Intifada é que o nome Organização da Jihad Islâmica foi adotado e a organização manteve relações amigáveis com o Sudão e com o Irã. A Jihad Islâmica foi o grupo mais relevante durante o início da Intifada, realizando grandes atentados com granadas portáteis.

O grupo, assim como quase todos os outros grupos terroristas palestinos, mantém sua estrutura interna a partir do processo de recrutamento. O grupo, mais recentemente, teve a sua popularidade

¹ Guerra santa que visa, primeiramente, o retorno do grande império árabe constituído durante Idade Média na região do Oriente Médio e, posteriormente, a extensão dessa guerra a todo o mundo. A implementação do islamismo em todo o mundo seria a libertação das pessoas para a verdade de Deus descrita no Corão.

aumentada a partir do acirramento dos conflitos entre israelenses e palestinos. Com isso, promoveu ações de larga escala através de atentados suicidas tanto contra alvos civis quanto militares.

A organização sofreu várias baixas através das ações israelenses e o número de atentados realizados pela mesma diminuiu desde 2003. O grupo se espalhou por diversos países, principalmente o Líbano e a Síria, mas apesar disso, a organização ainda realiza constantes ações terroristas em território israelense. Hoje, a Jihad Islâmica é sustentada financeiramente por algumas instituições ligadas à causa e, principalmente pelo Irã, Líbano e alguns outros países da região. E é sustentada logisticamente pela Síria, onde os líderes do grupo estão localizados

Referência

Sites:

[International Policy Institute for Counter-Terrorism](#)

[Federation of American Scientists](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Bernardo Hoffman Versieux; Camila Penna de Castro; Daniel Ferreira Mendes; Gabriel Pereira; Jéssica Naime; Layla Dawood; Liz Lacerda; Vinícius Betsur Alvarenga; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>